

HABEAS CORPUS Nº 547.472 - SC (2019/0351741-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : KLEBER UBIRAJARA DA ROSA
ADVOGADO : KLEBER UBIRAJARA DA ROSA - SC040956
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FERNANDO SILVA DE MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de FERNANDO SILVA DE MELO contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no Agravo em Execução Penal n.º 0002189-46.2019.8.24.0064.

Consta dos autos que o Magistrado da Vara de Execuções Criminais da Comarca de São José/SC declarou remidos 39 (trinta e nove) dias de pena, pela aprovação parcial – três áreas do conhecimento – no ENCCEJA/2017 (Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) (fls. 16-17).

Inconformado, o Apenado interpôs recurso de agravo em execução, que foi desprovido pelo Tribunal de origem (fls. 64-70).

Neste *habeas corpus*, o Impetrante sustenta, em síntese, que "*o paciente foi aprovado em 3 das 5 matérias, faz jus a 81 dias de remição, os quais, acrescidos do 1/3 previsto no § 5.º do art. 126 da LEP, $(81 + 1/3) = 108$ " (fl. 9).*

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento do direito à remição de 108 (cento e oito) dias da reprimenda decorrente da aprovação parcial no ENCCEJA.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, pois a Parte Impetrante não demonstrou a configuração do requisito do *periculum in mora* – ônus que compete à Defesa –, já que não esclareceu, concretamente, de que forma a concessão da medida urgente refletiria na situação prisional do Paciente de forma a ampará-lo imediatamente.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais

Superior Tribunal de Justiça

passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Encontrando-se os autos devidamente instruídos, dispensei as informações da Autoridade Impetrada.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora